



Correspondência aos Autores

Fernando José Martins

E-mail:

fernandopedagogia2000@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/5242496231137438>

Fernando André Muzime

E-mail: fernandomuzime@gmail.com

Universidade Metodista Unida de Moçambique

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6188459167072969>

Submetido: 07 mai. 2024

Aceito: 11 ago. 2024

Publicado: 01 out. 2024

[doi: 10.20396/riesup.v12i00.8676583](https://doi.org/10.20396/riesup.v12i00.8676583)

e-location: e026011

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Internacionalização da Educação Superior nos países em desenvolvimento: a subjugação como obstáculo

Fernando José Martins  <https://orcid.org/0000-0001-9924-4678>Fernando André Muzime  <https://orcid.org/0000-0002-4584-0172>

RESUMO

Introdução: Em países em desenvolvimento, em especial na América Latina e na África, há limites estruturais que impactam na Educação Superior, principalmente, frente ao chamado sul global - polo internacional do “modelo civilizatório”. Assim, o cenário desigual e dependente também influencia os processos de internacionalização, em particular, no caso da Educação superior. Desta maneira, questiona-se: como tratar a internacionalização da Educação Superior, no contexto das diferenças, das desigualdades e singularidades sociais e econômicas com os países periféricos? **Objetivo:** efetuar uma revisão bibliográfica sobre a subjugação como um obstáculo eminente para a Internacionalização da Educação Superior nos países periféricos e evidenciar ações de cooperação sul-sul que visem à superação da situação. **Metodologia:** para materialização deste trabalho, além da revisão bibliográfica e documental, recorremos à totalidade para compreender os processos de internacionalização do ensino como fenômeno global, olhando especialmente, as categorias colonialidade, decolonialidade e subjugação como obstáculo adjacente ao processo. **Resultados:** recorremos a conceitos para expor e sistematizar práticas de internacionalização da Educação Superior que superem a subjugação pautadas na verticalidade, na (des)valorização da cultura local e na socialização como referência das práticas de cooperação internacional. **Conclusão:** há alternativas para a internacionalização dependente e imperialista, alternativas de aproximação entre sistemas que cooperem de forma solidária e alicerçados pela realidade, buscando desenvolvimentos locais: a chamada internacionalização sul-sul.

PALAVRAS-CHAVE

Internacionalização. Educação Superior. Dominação cultural.

Internationalization of Higher Education in developing countries: subjugation as an obstacle

ABSTRACT

Introduction: In developing countries, especially in Latin America and Africa, there are structural limits that affect higher education, especially in the face of the so-called Global South - the international pole of the "civilization model". Thus, the scenario of inequality and dependency also influences internationalization processes, especially in the case of higher education. This raises the question: how can we deal with the internationalization of higher education in the context of differences, inequalities and social and economic singularities with peripheral countries? **Objective:** To carry out a literature review on subjugation as an eminent obstacle to the internationalization of higher education in peripheral countries. Also, to highlight South-South cooperation actions aimed at overcoming this situation. **Methodology:** To materialize this work, in addition to the bibliographical and documentary review, we used the totality to understand the processes of internationalization of education as a global phenomenon, looking in particular at the categories of colonialism, decolonization, and subjugation as an obstacle adjacent to the process. **Results:** We have used these concepts to explain and systematize practices for the internationalization of higher education that overcome subjugation based on verticality, the (de)valorization of local culture and socialization as a reference for international cooperation practices. **Conclusion:** there are alternatives to dependent and imperialist internationalization, alternatives for bringing systems closer together, for cooperating in solidarity and grounded in reality, for seeking local developments: the so-called South-South internationalization.

KEYWORDS

Internationalization. Higher Education. Cultural domination.

Internacionalización de la Educación Superior en países en desarrollo: la subyugación como obstáculo

RESUMEN

Introducción: En los países en desarrollo, especialmente en América Latina y África, existen límites estructurales que impactan en la educación superior, sobre todo de cara al llamado sur global - el polo internacional del "modelo civilizatorio". Así, el escenario desigual y dependiente también influye en los procesos de internacionalización, particularmente en el caso de la educación superior. Surge entonces la pregunta: ¿cómo abordar la internacionalización de la educación superior en el contexto de las diferencias, desigualdades y singularidades sociales y económicas con los países periféricos? **Objetivo:** Realizar una revisión bibliográfica sobre el sometimiento como obstáculo eminente a la internacionalización de la educación superior en los países periféricos y destacar las acciones de cooperación Sur-Sur dirigidas a superar esta situación. **Metodología:** Para materializar este trabajo, además de una revisión bibliográfica y documental, utilizamos la totalidad para comprender los procesos de internacionalización de la educación como fenómeno global, observando en particular las categorías de colonialidad, decolonialidad y subyugación como obstáculo adyacente al proceso. **Resultados:** utilizamos estos conceptos para explicar y sistematizar prácticas de internacionalización de la enseñanza superior que superan la subyugación basada en la verticalidad, la (des)valorización de la cultura local y la socialización como referencia para las prácticas de cooperación internacional. **Conclusión:** existen alternativas a la internacionalización dependiente e imperialista, alternativas de un acercamiento entre sistemas que cooperan solidariamente y se basan en la realidad, buscando desarrollos locales: la llamada internacionalización sur-sur.

PALABRAS CLAVE

Internacionalización. Educación Superior. Dominación cultural.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, código 401.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão & edição: MARTINS, F. J., MUZIME, F. A.
- **Revisora gramatical e ABNT:** Luísa Haddad Labello.
- **Imagem:** Extraída da plataforma ResearchGate.

Editores de Seção: Rodrigo Pivetta Werlang, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Introdução

A África e a América Latina possuem uma história cicatrizada pela colonização e escravidão e que herdou uma educação formal deficitária e dependente dos seus colonizadores, nesse caso, com maiores impactos para o continente africano. Para fins de compreensão dos escritos a seguir, vale dizer que as experiências relatadas (o caso de países específicos) não objetivam realizar análises de cada caso apresentado, mas sim, ilustrar o debate geral que é central para o desenvolvimento do artigo. A presente reflexão emite uma crítica ao formato de cooperação acadêmica hegemônico no Educação Superior global, sem deixar de fora a colonização e a globalização.

Portanto, com o ímpeto da globalização forçado pela filosofia ocidental, impõe-se a nível mundial uma forma característica de “ser” e “estar”. Neste sentido, a educação é vista como meio para a materialização deste megaprojeto. Atinente a este ponto, Mandlate e Nivagara (2019) salientam que o Educação Superior é o que mais sofre o fenômeno da globalização, através do que John Meyer designou de “Cultura Educacional Mundial” (CEMC) e da “Agenda Global Estruturada para a Educação” (AGEE) - conceito da autoria de Roger Dale¹.

Ocorre que, antes de adentrarmos ao debate específico das questões relacionadas ao Educação Superior, é necessário revisar alguns conceitos que são cruciais para o debate e escolhemos inserir tal debate, bem como referências imprescindíveis a eles, logo na introdução do trabalho para dar ciência ao leitor a perspectiva na qual é abordada o tema de forma particular.

De saída, vale ressaltar que as categorias como imperialismo, colonialismo e colonialidade são as que alicerçam as discussões efetuadas. Pode parecer contraditório, mas o imperialismo será menos abordado no texto. Ainda que concordemos com Casanova (2005, p. 74), ao referir que “a verdade é que hoje, mais do que nunca, o conceito do imperialismo como uma etapa do capitalismo e da história da humanidade continua sendo um conceito fundamental”. As ações, principalmente, de resistência ao imperialismo residem no embate entre colonialidade e decolonialidade. Mas é sabido que o imperialismo é o responsável pelo colonialismo, seja ele aquele que tornaram colônias em África e na América Latina, seja o processo que submete esses mesmos espaços do Sul global à dependência no campo da Educação Superior.

A partir desse preâmbulo, ainda que os debates sobre o colonialismo sejam muito extensos, com uma diversidade evidente na produção científica da área, optamos por partir de autores importantes na constituição do texto para expor as premissas nas categorias. Assim

¹ Professor da Universidade de Bristol. Informações sobre autor e obra em língua portuguesa podem ser localizadas no texto da entrevista: ESTADO, GLOBALIZAÇÃO, JUSTIÇA SOCIAL E EDUCAÇÃO: reflexões contemporâneas de Roger Dale, feita por Luís Armando Gandin, publicada na revista Currículo sem Fronteiras, v. 14, n. 2, p. 5-16, Maio/Ago 2014.

sendo, partimos das reflexões de Frantz Fanon sobre o colonialismo e de Anibal Quijano sobre colonialidade, um de cada espaço que figura como componente empírico no presente trabalho, além de serem autores emblemáticos para todos os debates posteriores sobre a temática.

Fanon, ainda que nascido na possessão francesa de Martinica, situada no Caribe, identifica-se de forma visceral com a luta de libertação da Argélia. Assim, também os conceitos expostos sobre colonialismo residem em sua obra de referência, vinculada à luta na Argélia, os *Condenados da Terra*. Fugindo das polêmicas acerca da obra, vamos aqui enfatizar o caráter aniquilador no qual se dá a colonização, apontado pelo autor:

Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação de valor. Nesse sentido, ele é o mal absoluto (Fanon, 2005, p.58).

Esse dualismo e consequente incorporação dos valores dos colonizadores são elementos que fundamentam uma tipologia de subjugação que se encontra na lógica de uma internacionalização vertical, que impõe valores, produtos, conhecimentos e saberes da nação que coloniza. Com uma exposição contundente, encontrada em toda sua obra, Fanon (2005) evidencia o caráter nocivo do projeto de subjugação, presente na realidade na qual ele atuou, mas também na base de todos os processos de colonização que aconteceram na constituição do espaço do sul global. A pergunta que se apresenta de maneira particular para presente artigo é: quais resquícios de caráter colonial se apresentam na internacionalização da Educação Superior de hoje?

Pode-se dizer que o conceito de colonialismo “evoluiu” para o conceito de imperialismo. Contudo, há muitas controvérsias sobre o tema. Dada a gama conceitual que o imperialismo ganha no debate acadêmico, podemos fazer uma extensão do conceito já exposto, distinguindo temporalmente e sociologicamente, marcando como fronteira o chamado pré-capitalista próprio da época colonial. É claro que o conceito não é pacífico, porém, o que se quer para as análises, na sequência, é seguir a conceituação de Amin (2005, p. 82): “a expansão global do capitalismo foi imperialista em todas as etapas de sua história e assim permanece por todo o futuro vislumbrável (enquanto o sistema permanecer essencialmente fundado sobre a lógica do capitalismo)”. Assim, o imperialismo completa as análises coloniais-decoloniais explícitas no artigo.

Ao sistematizar o conceito de colonialidade, Quijano não se afasta das bases já evidenciadas sobre o colonialismo, como pode é possível perceber em suas considerações sobre o tema:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal (Quijano, 2009, p. 73).

Contudo, há duas distinções a serem efetuadas sobre a colaboração de Quijano. A primeira, ainda atrelada à citação acima, em uma nota de rodapé, o autor afirma que os conceitos de colonialidade e colonialismo não são os mesmos e, atualiza a colonialidade para além do processo de colonização clássico para novas formas de dominação, principalmente, atreladas a dependências ligadas à economia. Porém, o salto que Quijano faz é a inserção do que ele chama de “colonialidade do saber”, no qual insere a submissão dos países do Sul global no que tange aos saberes, conhecimentos, e consequentemente ciência, tecnologia e inovação, frente à Europa e, principalmente, aos Estados Unidos. No texto, tal inserção é crucial, pois se relaciona diretamente ao debate que faremos sobre as submissões encontradas no processo de internacionalização da Educação Superior.

Do ponto de vista metodológico, o artigo é composto por uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas em volta, principalmente, nos escritos sobre a internacionalização da Educação Superior. Também são utilizados documentos, de instituições e organizações colegiadas como é o caso da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) na América Latina ou documentos institucionais, nesse caso, com maior ênfase para o caso brasileiro.

A fim de facilitar a compreensão desta temática, o texto foi dividido em quatro (04) momentos: (I) conceito da internacionalização e os processos adjacentes ao Educação Superior (II) particularidades dos processos de internacionalização na África e na América Latina (III) possibilidades da internacionalização horizontal e por fim, (IV) considerações finais.

Conceitos e ações da Universalização da Educação Superior

O debate e as práticas de internacionalização da universidade, hoje, estão presentes em todas as esferas dessa instituição e nas políticas de Estado. Na maioria dos casos, é uma das principais características de qualidade e excelência acadêmica, inserida em todos os processos de avaliação universitária e estipulada como meta nos planejamentos de desenvolvimento institucional e, consequentemente, nos micros espaços das instituições universitárias, com ênfase no segmento de pesquisa e pós-graduação. Assim, a temática não é só um objetivo da vida universitária, mas também, se torna um campo de estudo profícuo no debate acadêmico-científico enquanto objeto de estudo, no qual estão postas distintas tendências e abordagens.

Desta forma, conta-se com uma série de produções que elaboram sínteses de características e tipologias de internacionalização da Educação Superior. Para fins demonstrativos deste artigo, utilizaremos um quadro de perspectivas que é clássico nos debates da área:

Quadro 1. Perspectivas de internacionalização no contexto das Instituições de Educação Superior

Perspectiva da atividade	Autores
Focaliza as atividades de Educação Superior que fomentam uma dimensão intercultural, incluída a presença do alunado internacional, currículo e intercâmbio alunado/professorado.	Harari (1992); Klasek (1992); Arum e Van de Water (1992); Mestenhause Ellingboe (1998); Green e Olson (2003); Javalgi, Griffith e White (2003); Powell (2004); Green e Shoenberg (2006).
Perspectiva da Competição	Autores
Destaca o desenvolvimento de habilidades, de conhecimentos e de valores que são importantes para que se possa competir no mercado global.	Soderqvist (2002); Van der Wende (2007); Ayoubi e Massoud (2007); McGowan e Potter (2008); Elkin, Farmsworth e Templer (2008); Lipsett (2009).
Perspectiva do <i>éthos</i>	Autores
Destaca a criação de uma cultura e aproximações na qual se valorizam e se apoiam as perspectivas e as iniciativas interculturais/internacionais.	Pickert e Turlington (1992); Hanson e Meyerson (1995).
Perspectiva do processo	Autores
Enfatiza a integração de uma dimensão internacional e intercultural no ensino, na pesquisa e nos serviços, por meio de uma combinação de atividades, políticas e procedimentos.	Knight (1994); Schoorinan (1999); DeWit (2002); Olson et al. (2001).

Fonte: Delgado-Márquez, Hurtado-Torres e Bondar (2011), adaptação e tradução nossa.

O panorama traçado pelos autores acima, principalmente no que tange ao agrupamento das perspectivas de internacionalização, embora distante no tempo é bastante atual para se pensar as modalidades presentes nas universidades, hoje, com os autores que, no debate atual, podem ser acrescidos de mais pesquisadores. Mas a título de demonstração, o quadro abrange o cerne da questão da internacionalização. A partir dele, pode-se afirmar que há perspectivas que, sem mediações, colocam-se como reprodutoras do modo de produção vigente, como é a perspectiva da competição.

Embora o debate sobre a internacionalização da universidade seja histórico, pois “notoriamente, a maioria dos pesquisadores da área concorda que a internacionalização é tão antiga quanto a própria universidade” (Fávero; Trevisol, 2020, p. 34), os processos atuais se dão a partir dos momentos, comumente chamados nas literaturas históricas e sociais como: globalização e mundialização, que, em sua essência, dizem respeito ao modo de produção vigente, ainda que a inserção do debate sobre o capital humano na educação seja anterior a tais conceitos. A dimensão do pano de fundo para a internacionalização que estudaremos aqui já foi exposta por Otávio Ianni na transição do século: “Está em curso um novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório” (Ianni, 2004, p.13).

Esse “surto” está contido no processo de internacionalização da Educação Superior, na forma e no conteúdo. Por isso, acreditamos que, embora haja diferenças nas perspectivas expostas no quadro, a hegemonia das abordagens se dá a partir da lógica de reprodução do mercado, da tomada da educação superior como um serviço sujeito ao mercado.

No entendimento aqui tomado, essa lógica do chamado “capital acadêmico²” reproduz a relação de dominação no que diz respeito também à internacionalização da Educação Superior. De modo bastante enfático, “a ‘internacionalização tem sido um objetivo de muitas universidades do Norte interessadas em manter seus vínculos de poder sobre o Sul (...)’” (Castro, 2021, p.49). Ainda que se amenize o formato intencional dessa subjugação é possível percebê-la em toda a constituição dos sistemas universitários. De modo imediato, essa lógica submete os sistemas de ensino Superior dos países do Sul à hegemonia e, consequentemente, às perspectivas dos países do Norte ou hegemônicos.

Assim, como a premissa que orienta o presente texto é da necessidade de um sistema de colaboração e internacionalização da Educação superior que se “faça desde baixo”, comumente chamado de cooperação sul-sul, agora, passamos a citar uma breve definição de pesquisadores da área: “A cooperação sul-sul é anunciada como um dispositivo voltado para superar as assimetrias causadas pela égide do colonialismo e da colonialidade do poder, os quais perpetuaram e perpetuam distanciamento intelectual e muitas desigualdades entre os povos do sul global e os do poder hegemônico (Corte; Morosini; Felicetti, 2022, s/p). Ainda que esta seja uma conceituação que evidencie o que a tal cooperação deve evitar, salientamos que a aproximação da universidade com características semelhantes é um potencial de desenvolvimento para a realidade educacional e consequente internacionalização de tais universidades.

Esse formato também é chamado de cooperação ou internacionalização solidária, que é uma linguagem que é priorizada no artigo como categoria geral. Em uma coletânea de pesquisadores latinos hispano-falantes, encontra-se a seguinte referência sobre a tipologia:

La internacionalización endógena o solidaria: el desafío es construir universidades que asuman como propia este tipo de relacionamiento internacional, basado en la vinculación solidaria, que demuestre um interés y um respeto por la cultura ajena, que se erija em espacio de reflexión para la creación mancomunada de conocimientos benéficos para los países participantes em su construcción, sostenidos em el interés recíproco, la confianza y la transparencia (Vera, 2015, p.175-6).

No cerne da argumentação da autora do excerto indicado acima, encontra-se a exposição do embate aqui ressaltado e, por isso, a inserção do adjetivo endógeno. Tal posição se contrapõe à posição hegemônica que seria exógena para os países e universidades do chamado sul global. Nesse sentido, as categorias imperialismo, decolonialidade, globalização, saberes locais colocam-se em movimento. Não se quer com tais informações negar a validade de conhecimentos, saberes, ciência e tecnologia dos países centrais, mas observar que não se pode abafar a construção de conhecimento no sul global e que, a partir do Sul, é possível, inclusive reconstruir padrões e produzir teorias e práticas, não só no mesmo nível das centrais, como de interesses para soluções de problemas locais, por meio de críticas que desafiam estruturas do poder e conhecimento imposto pelo norte-global, configurando-se em

² Não é objetivo do artigo adentrar nessa questão, mas pode-se indicar o debate original, que se encontra em: Slaughter, S. & Leslie, L. (1997). *Academic Capitalism: politics, policies, and the entrepreneurial university*. Baltimore: John Hopkins; ou a coletânea em português: Paraskeva, J. M. (Org.). *Capitalismo Acadêmico*. Portugal: Edições Pedago, 2009.

consequências no mundo contemporâneo, sobretudo, nos países periféricos.

Algumas impressões sobre a internacionalização desde a América Latina

Os espaços dos países colonizados, principalmente, a colonização de exploração, que é o caso da América Latina e da África, guarda algumas características que são históricas e com base em tal exploração. Em comum, nesses espaços, estão os conflitos interculturais, no qual as culturas e saberes locais são menosprezados e subjugados pela cultura do colonizador. No caso da América Latina, esse contraste foi mais sangrento, pois os povos originários em sua maioria foram dizimados e sua cultura ainda pouco impacta na constituição das sociedades atuais com algumas exceções em Estados como a Bolívia, alguns redutos do México, por exemplo.

Há outras condições que estão imbricadas na colonização que culminam nos dias atuais com a concentração de renda mais significativa do sistema mundo, por exemplo, a concentração de terra geradora de latifúndios e espaços improdutivos, elementos que se constituem em racismo estrutural, as produções locais na condição de agrário-exportadora. Todas essas incidências, de forma direta ou indireta, afetam as instituições - como a universidade.

As condições desiguais sempre fomentaram movimentos da sociedade de contestação de realidades injustas, o que também têm incidência na constituição dos espaços universitários. Frente ao movimento contraditório do real, quer-se aqui neste artigo ressaltar também as condições de ações contra hegemônicas nos espaços citados, ressaltando ações que proponham a perspectiva de internacionalização horizontal da universidade.

Assim, é necessário ressaltar um marco significativo para a universidade na América Latina, ocorrido na Argentina, ainda nos anos de 1918, ou seja, antes do famoso maio de 1968, que questionou profundamente a constituição da instituição universitária: a chamada Reforma de Córdoba. Buscando abertura, inclusão, expansão e ideais liberais e libertários, essa reforma impactou o sistema universitário latino-americano e continuam a orientar ações nessa perspectiva. “A contraviento, las huellas de la Reforma Universitaria de Córdoba se extendieron en la geografía latinoamericana y perduraron hasta el presente (Tcach, 2018, p.35).

Esse marco histórico tem um legado significativo para a constituição da estrutura universitária na América Latina até mesmo em sua expansão. Não é objetivo desta pesquisa reconstruir o legado da reforma, mas pode-se indicar que a busca por mudanças na universidade que atendam à comunidade local e a construção de uma identidade latino-americana estão presentes desde então. Essas características estão presentes na continuidade dos debates marcados pela reforma que construíram a Conferência Regional de Educação Superior – CRES, com ênfase na América Latina e Caribe, que vem sendo um sujeito coletivo importante na defesa de princípios aqui postulados. Ao discutir a temática em artigo sobre a

internacionalização da Educação superior, os autores abaixo citados evidenciam as articulações históricas e conceituais:

A construção de substratos favoráveis à emergência da cidadania democrática é, portanto, enfrentamento necessário à modernidade/razionalidade eurocentrada e ao sistema-mundo moderno, em que a educação, enquanto instituição política, social e cultural, é espaço central dessa luta. Nesse sentido, na CRES (2018), foi afirmada a necessidade de o Sistema de ES se pintar de muitas cores e reconhecer a interculturalidade dos países e das comunidades para que esse seja um espaço de igualdade e de ascensão social, e não um lugar de reprodução de privilégios (Farias; Oliveira; Peloso, 2021, p.14).

A partir de tal regionalização, há um indicativo potencial de aproximação entre os países latino-americanos, no caso brasileiro, com mais possibilidades para os países da América do Sul, em especial para aqueles que compõem o Mercosul e não necessariamente em função das relações comerciais, mas sim por fatores geográficos e culturais, visando à integração regional. Ao se verificarem os incentivos institucionais e o número de ações de internacionalização, apesar da distância, os países centrais ainda lideram as preferências no que tange à cooperação internacional.

Nesse sentido, há um conjunto, cada vez mais crescentes, de ações que visam a fomentar e realizar a chamada internacionalização sul-sul, que dá prioridade às aproximações entre países do sul global. Embora os sistemas universitários sejam dotados de autonomia, o que implica em várias ações que partem das próprias instituições, é possível identificar em cada Estado Nacional ações que fomentem tal perspectiva, com políticas afirmativas voltadas às áreas. Pode-se citar, a partir dos espaços dos autores, ações como editais de fomento, como o Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global – COOPBRASS e o edital interministerial Caminhos Amefricanos: Programa de Intercâmbios Sul-SUL (vários países contemplados por etapas) que vão se constituindo como iniciativas relevantes para a área e o modelo adotado. Vale ressaltar também as iniciativas de países diversos da região, como a criação das universidades de integração no Brasil, nomeadamente a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, e também uma série de outras instituições de caráter intercultural que podem ser encontradas no México, Equador, Bolívia, e iniciativas locais e internas das diversas instituições da região.

É necessário ressaltar que esses breves exemplos são, em certa medida, meramente ilustrativos, uma vez que, hegemonicamente, a internacionalização da Educação superior cumpre uma agenda de caráter colonialista e imperialista, tomando as universidades do “Norte” principalmente da Europa e dos Estados Unidos, como modelos e exemplos a serem seguidos. Defendemos aqui a reversão dessa lógica.

Desse modo, enquanto a competição e a exclusão caracterizam o modelo dominante, as propostas encontradas no locus de pesquisa parecem orientar-se pela integração solidária, desafiadora, inconclusa e em permanente construção que, proporcionando a coexistência e convivência de múltiplas origens e nacionalidades, possibilitam a desafiadora construção de diálogos simétricos e autênticos (Farias; Rubin-Oliveira, 2021, p.106).

Essa perspectiva pode parecer ousada ou muito ampla, inatingível frente ao sistema dominante de ensino superior, mas, em nossa concepção, é extremamente necessária para países como os da África e América Latina.

A multiculturalidade é uma marca da América Latina, porém, o caráter hegemônico das relações de poder subalternas, evidencia que o diálogo entre os povos, e consequentemente entre os sistemas de ensino superior são muito escassos, quando não reproduzem a lógica imperialista da relação norte-sul global em microescala. O Brasil, por exemplo, em muitas situações do cotidiano, se exclui da “América Latina”, no sentido de pertencimento, seja cultural, seja científico, no geral, nesse espaço, as culturas locais, tradicionais são marginalizadas, quando não completamente banidas, como é o caso dos povos tradicionais no Brasil, ou em outros países da região, como a Argentina, por exemplo. Essas realidades, que são desafios, indicam e reafirmam a necessidade de inserir no debate acadêmico a questão da internacionalização da Educação superior na perspectiva horizontal, coadunando com uma perspectiva de desenvolvimento regional emancipatório.

Ensino Superior e a legitimação do conhecimento científico em África

O imperialismo europeu usou diversas estratégias para a dominação do povo africano, aliás, de acordo com Gontijo (2019), para os europeus, o imperialismo era necessário para a manutenção do sistema capitalista, uma vez que havia a necessidade de escoar os produtos para um novo mercado, assim como buscar mais fontes de recurso para suprir a elevada taxa de produção e consumo. Neste sentido, o imperialismo é compreendido a partir da construção de uma narrativa de superioridade europeia perante os colonizados africanos.

A construção dessa narrativa de superioridade, indiscutivelmente, supõe-se também um conhecimento acrescido por parte dos europeus. O conhecimento foi usado como um instrumento de dominação pelos europeus (Gontijo, 2019), colocando os indivíduos em extremas dificuldades de representar a si próprio como sujeito da sua história. Considera-se que a dificuldade de o sujeito africano representar a si mesmo (a) como sujeito de uma vontade livre resulta da longa história de subjugação (Mbembe, 2001) e, consequentemente, da dependência dos africanos em relação aos europeus no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico e científico da África. A esse respeito, Mbembe (2023) salienta que, a interdependência dos países africanos num contexto neocolonial e neoliberal não está conseguindo gerar riqueza para os africanos, muito menos a “autoridade científica”, o que coloca numa situação de desvantagem as universidades africanas.

As universidades são centros responsáveis para a produção e disseminação do “conhecimento”. Esse conhecimento distingue-se de outros tipos de conhecimento construído fora das instituições de ensino, devido ao critério de cientificidade, nesse caso, por possuir o objeto e método científico de estudo bem definido. Este tipo de conhecimento, denominado “conhecimento científico”, distingue-se de outros tipos por possuir o campo teórico

necessário para construir a ciência.

De acordo com Jacob (1992 *apud* Santos; Baiardi, 2007), existe um processo histórico através do qual o conhecimento científico se torna parte da cultura ocidental, o qual tem início a partir do século XVII e XVIII, quando a ciência passa a ser vista como um elemento congênito à visão do mundo ocidental. Santos e Baiardi (2007) alertam que essa visão foi defendida por alguns da Grécia clássica sendo que, para eles, só depois da metade do século XVIII, através das contribuições do Copérnico, Galileu e Newton, surge a ciência fundada na base das observações descritas de princípios mecânicos.

Se formos a olhar de forma particular a construção do conhecimento científico na África, pode-se aferir que dominação colonial escamoteou a visão do africano em vários ângulos, colocando a sua superioridade em relação às suas epistemologias. Atualmente, estudos mostram uma visão contrária da superioridade epistemológica com relação à África. Em defesa das epistemologias do Sul, Souza e Motta (2003) mostram que a tecnologia aplicada na África antiga se encontra nas ruínas de Monomatapa, sendo que a construção desse império durou trezentos anos, o que espelha uma verdadeira engenharia.

O pensamento eurocentrista atribuiu a construção do continente africano aos povos exógenos à África e até a extraterrestres, na tentativa de negar que o grande Zimbabué fosse construído por africanos. A construção do grande Zimbabué prova que a matemática, a geometria e a engenharia na África são conhecimentos antigos. As pirâmides do Egito construídas 2700 anos antes de Cristo levam-nos a crer no contrário da corrente eurocentrista. Para Souza e Motta (2003), o saber astronômico também era uma área de extremo conhecimento africano. Para esses autores:

No atual país do Quênia, em 1973, foram encontrados, ao lado do lago Turkana, os restos de um observatório astronômico, o que a evidencia e atesta a complexidade de desenvolvimento cultural pré-histórico na África subsaariana. Também um sistema de calendário complexo e preciso, baseado nos cálculos astronômicos, foi desenvolvido por estes povos até o primeiro milênio a.C. (Souza; Motta, 2003, p.40).

Esses relatos provam com clareza a existência de um grau de conhecimento e saberes em diversas áreas epistemológicas que foram expropriadas pela Europa. Entretanto, trabalhos são feitos com vista a se desconstruir esse fosso criado pelo ocidente, como por exemplo, as epistemologias do Sul, que constituem um importante livro para se discutir sobre a cultura e saberes ignorados pelo ocidente por um longo período.

A subalternização do conhecimento produzido no Sul, em certa parte, influenciou e enfraqueceu o sistema educacional africano. Afirma-se que esta concepção constitui ainda hoje um obstáculo na construção, produção e legitimação do conhecimento científico na África. Talvez pela subalternização do conhecimento produzido no Sul, em particular na África, não se tenha levado em conta que a África seja o berço do conhecimento científico. Aliás, existe uma discussão frenética na qual se levanta a hipótese de que as primeiras universidades tenham surgido nesse continente. Esta discussão aponta a Universidade de AL QUARAOUYINE, fundada em 859, localizada no Marrocos e a Universidade de

SANKORE, localizada na cidade de Timbuktu, no atual Mali. Atualmente, essa universidade encontra-se exautorada, o que nos leva, hipoteticamente, a pensar que seja indício de relegação da África como o berço do conhecimento.

Internacionalização da Educação Superior na África: realidade ou utopia?

A SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) aprovou a ideia de um Quadro Regional de Qualificações (QRQ), impulsionando assim a tendência para a criação de Quadros Nacionais na Região da África Austral. Nesse sentido, o estabelecimento de um Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) tornou-se uma megatendência nos países em desenvolvimento, mesmo que pouco se verifiquem êxitos dessa tendência, aliás, esse sistema funciona melhor na área vocacional e profissional da Educação e Formação, do que no ensino superior universitário (Grunwald, 2012).

Moçambique alia-se a esse compêndio abrigado na alínea f) do nº 1 do artigo 203 da Constituição da República, em 2022, motivado pela necessidade de assegurar a harmonização das qualificações a nível nacional e, no âmbito de implementação dos princípios e objetivos da Estratégia Continental de Educação em África. Foi neste sentido que o Conselho de Ministro cria o QNQ. Subentendemos que os QNQs servem de órgãos para a internacionalização da Educação Superior na África sem descuidar dos vieses da globalização, mercantilização da Educação, considerando os altos custos para a acreditação dos cursos e migração laboral.

A internacionalização da Educação superior na África seria no sentido de condicionar o acesso das políticas imperialistas nas universidades africanas, dado que estas [universidades africanas] não possuem condições materiais nem humanas sustentáveis para competirem a nível internacional. Assim, uma vez influenciadas pelo imperialismo, cria-se um sistema burocrático excessivo e tecnicista cabendo às universidades a sua fiel implementação e cumprimento. Nesse cenário, o Estado através do QNQ tem um papel preponderante de arrecadação de receitas, por meio de acreditação de cursos, e de fazer cumprir o tipo de universidade que se pretende construir por meio de avaliação interna ou externa.

A questão de avaliação, instituída pelos QNQs, constitui um calcanhar de Aquiles no processo de qualificação da Educação superior na África, olhando aos indicadores do ranking ocidental – delineadores dos pontos essenciais para a avaliação das Instituições da Educação Superior, colocando em desvantagens as Instituições da Educação Superior africanas. Nesse sentido, questiona-se: será que a ideia da internacionalização da Educação superior não torna utópico a internacionalização das universidades africanas se considerarmos as suas condições estruturais?

Específicas formas de valores foram produzidas dentro de um círculo sujeito à subjugação aliada ao poder econômico que o ocidente ostenta e, conseqüentemente, também foi produzida a hierarquização do conhecimento de quem constrói essas narrativas. Esses

valores visam, naturalmente, a criar duas visões do mundo (Norte e o Sul global) segundo as condições geopolíticas e econômicas de cada país.

Por um lado, as universidades africanas que, na sua maioria, assumem-se pertencer ao Sul global não possuem infraestruturas adequadas para o funcionamento normal das aulas nem o capital humano com formação capaz de responder aos novos desafios no mundo contemporâneo, criado pelo desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento da Inteligência Artificial, que hoje caracteriza o Norte Global. Por outro, a investigação científica avançada nas universidades africanas ainda está longe de satisfazer as necessidades internas nem de responder os desafios do povo. A maior parte dos governos africanos não vê a investigação como ponto de referência para o desenvolvimento dos seus países, mas sim depende dos resultados de investigação de outros países economicamente desenvolvidos, colocando, deste modo, a autoridade científica das universidades africanas em causa.

As políticas de assistências sociais nas universidades africanas ainda não constituem prioridade para os líderes africanos, daí que elas não só são elitistas, mas também excludentes por si, uma vez que só frequenta esse nível de ensino quem pode financeiramente. Aliás, existe um número significativo de estudantes africanos que ingressam ao ensino superior e não conseguem terminar a formação devido à falta de assistência social e financeira. Para nós, isso implica que, para a internacionalização da Educação superior na África, ainda deve-se desenvolver um trabalho árduo com vista a democratizar o acesso e a qualidade nessa etapa do ensino.

Um dos critérios para a internacionalização das universidades diz respeito à mobilidade académica. Na África, não é frequente a mobilidade interna devido à falta de verbas. No entanto, verifica-se a saída de muitos estudantes para o Norte Global e, atualmente, para o grupo dos BRICS, devido ao financiamento que esses países proporcionam para os estudantes que pretendam frequentar o ensino superior no estrangeiro. É verdade que existe o programa Sul-Sul que visa a pôr em intercâmbio estudantes quase com a mesma posição social no padrão mundial, mas a África ainda não se encontra numa posição satisfatória e capaz de entrar e competir com outros países que se encontram nessa categoria. Aliás, a maior parte dos africanos lusófonos pela sua debilidade socioeconômica recorrem muito mais para o Brasil e Portugal.

A política linguística constitui também um obstáculo para a internacionalização da Educação superior. Muitos países da periferia veem-se limitados em intercambiar com outros países por motivos linguísticos. Por consequência, observa-se a repetição das rotas dos países colonizadores, por razões do domínio da língua. Na África por exemplo, em Moçambique e Angola, estudantes preferem intercambiar com o Brasil e Portugal sendo que os países de colonização inglesa pautam por Inglaterra e EUA.

Apesar de diversas dificuldades para a internacionalização da Educação superior nos países em desenvolvimento, olhando a dinâmica contemporânea do mundo em transformação,

impulsionado pela revolução tecnológica, somos da opinião que haja um trabalho estrutural a nível endógeno das universidades em via de desenvolvimento, que, como já fora apontado no texto, baseie-se na cooperação solidária, rompendo com as características coloniais e imperialistas, procedimento necessário para o processo de internacionalização horizontal que já se torna um imperativo internacional.

Considerações Finais

Fica claro que a internacionalização da Educação superior agrega valores às sociedades africanas e latino-americanas, uma vez que pode ocorrer o intercâmbio com diversas sociedades e culturas e, por sua vez, que o cidadão global possa ler e entender o funcionamento do mundo global. Outrossim, a internacionalização da Educação superior é um processo que visa a reconhecer as diferenças e promover maior flexibilidade frente às adversidades. Olhando as demandas do século XXI, sobretudo para as universidades africanas que se batem por falta de financiamento para o funcionamento pleno das instituições e da pesquisa, torna-se consensual que elas funcionem em regime de redes, isto é, através de cooperações a nível interno e externo.

Tais redes não necessitam superar a lógica da submissão, como sintetiza Achille Mbembe (2023, p.33): “Uma estratégia horizontal de abertura ao diálogo entre diferentes tradições epistêmicas”. Essas tradições são diferentes em suas concepções, ancestralidades e culturas, mas aproximadas pela condição, ou seja, são países que já foram chamados de subdesenvolvidos, agora em desenvolvimento, agora, sul global, mas que, na prática, são realidades expropriadas, exploradas e dependentes. A superação é necessária em todas as dimensões, e, no caso do debate sobre internacionalização da Educação superior, a dimensão das relações interinstitucionais universitárias.

Ainda que o corte aqui realizado se volte para o ensino superior e suas práticas, os determinantes da relação desigual entre sul e norte global residem em aspectos sociais de maneira geral. Por isso, os conceitos expostos de colonialismo e imperialismo não são secundários, tanto na compreensão do fenômeno, quanto para sua superação. Em formato de síntese, pode-se aproximar essas duas categorias, inclusive, há a possibilidade de se estabelecer uma certa continuidade do imperialismo para com o colonialismo. Isso impacta diretamente na organização da lógica hegemônica da organização da Educação superior internacional. A título de exemplo, algumas avaliações, inclusive no interior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior – Capes, no Brasil – baseia-se em indexadores como a estadunidense Clarivate ou a europeia Elsevier como referência de medida para as publicações. De modo imediato, essa lógica submete os sistemas de ensino superior dos países do sul à hegemonia e, conseqüentemente, às perspectivas dos países do norte, ou hegemônicos.

Assim, a busca por alternativas para essa internacionalização subalterna se faz necessária. Do ponto de vista científico, a internacionalização, intensificada pelas aproximações horizontais, potencializa a construção de conhecimento e a sua possibilidade de divulgação, cruzando as fronteiras dos países e criando estruturas internacionais para produção, socialização e ações oriundas da produção científica, como trabalhos em rede de pesquisa internacionais, periódicos co-institucionais internacionais, eventos acadêmicos entre universidades de diferentes países. Acredita-se que a proposição de parceiras sul-sul pode configurar como núcleo articulador de resolução dos problemas das realidades envolvidas, a partir da troca de experiências e consequente exercício do multiculturalismo no que tange às organizações universitárias e à construção do conhecimento. Aqui reside um apontamento necessário, a categoria multiculturalismo se fortalece e culmina com o debate decolonial.

É necessário frisar que essa categoria, apresentada durante o artigo, é crucial para a temática em questão. A decolonialidade é capaz de contrapor os conceitos de colonialidade e imperialismo e é uma ferramenta para a construções de sistemas embasados na horizontalidade e no diálogo, além de resgatar e evidenciar autores que não compõe o circuito hegemônico, oriundos dos espaços da América Latina e África em especial. Dessa maneira, a decolonialidade é uma categoria de análise, uma posição epistemológica e uma metodologia, científica e de ação. Para a compreensão dos espaços do sul global, e para a dinâmica de internacionalização da Educação superior aqui proposta.

A proposição aqui presente não condena absolutamente o diálogo com os centros presentes no norte global. Existem, nesses países instituições e centros de pesquisa que mantém vínculos com a perspectiva horizontal e decolonial. O que se condena aqui é a internacionalização de dominação, imperialista e vertical. Evoca-se que essas cooperações não podem ser vistas como todo o processo de internacionalização. Também não se pode estabelecer uma competição, pois as realidades não estão em pé de igualdade, uma vez que nos países em desenvolvimento ainda se verificam limites estruturais frente ao sul global, o que nos leva a crer que a internacionalização pode ser uma utopia, especialmente, para as universidades africanas. Os embates decoloniais auxiliam na composição de ações contra hegemônicas para a universalização da Educação superior e cremos que experiências do sul global possam ser horizonte para um processo horizontal que aproxime as universidades.

Referências

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, n. 18, p. 77–123, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPmV6GGbBdFvwpPSh/?lang=pt#>. Acesso em 04 ago. 2024.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. O imperialismo, hoje. **Tempo**, v. 9, n. 18, p. 65–75, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/X95rVmKVbNxyvbfZSHZfZxf/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

CORTE, Marilene Gabriel Della; MOROSINI, Marília Costa; FELICETTI, Vera Lucia. Internacionalização da educação superior na perspectiva sul-sul: movimentos e contextos emergentes em tempos pandêmicos. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. e022035, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2021000100004. Acesso em: 05 mai. 2024.

DELGADO-MÁRQUEZ, Blanca L.; HURTADO-TORRES, Nuria Esther; BONDAR, Yaroslava. Internationalization of Higher Education: Theoretical and Empirical Investigation of Its Influence on University Institution Rankings. **RUSC - Universities and Knowledge Society Journal**, jul. 2011. Disponível em: <https://rusc.uoc.edu/rusc/ca/index.php/rusc/article/view/v8n2-delgado-hurtado-bondar.html>. Acesso em: 05 mai. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FARIAS, Nilson de; OLIVEIRA, Marlize Rubim; PELOSO, Franciele Clara. Internacionalização da educação superior: olhares do sul. **Revista Nuestramérica**, v. 9, n. 17, 1-20, 2021. Disponível em: <https://nuestramerica.cl/ojs/index.php/nuestramerica/article/view/e6225044>. Acesso em: 05 mai. 2024.

FARIAS, Nilson de; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. **Internacionalização da educação superior: olhares do sul**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

FAVERO, Altair Alberto; TREVISOL, Marcio Giusti. Ensino Superior e internacionalização: atores e desafios. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 53, p. 35-60, 2020. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1367>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GONTIJO, Lorenzo Campomizzi Bueno. A dominação epistemológica no imperialismo: a construção de uma narrativa de subjugação dos povos colonizados. **Cadernos de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, v. 02, p. 222-243, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46002/46002.PDF>. Acesso em: 02 mai. 2024.

GRUNWALD, Edda. **Formação Profissional para o mercado de trabalho em Angola**. Luanda: FormPro, 2012.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MANDLATE, Ernesto. NIVAGARA, Daniel. Políticas de acesso ao ensino superior em Moçambique: progressos e desafios da sua implementação. **Educamazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, Manaus, v.22, n.1, p.7-34, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5752/4465>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MBEMBE, Achille. As formas Africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Belo Horizonte, v. 23, n. 01, p. 171-209, 2001. Disponível em:

<https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Mbembe-Formas%20africanas%20de%20auto-inscricao.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2024.

MBEMBE, Achille. **Descolonizar la Universidad**. Trad. Leandro Sánchez Marin. Medellín: Ennegativo Ediciones, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina: 2019. p. 73-117.

SANTOS, Alex Vieira dos; BAIARDI, Amílcar. Cultura Científica, seu papel no Desenvolvimento da Ciência e da atividade inovativa e seu Fomento na Periferia da Ciência. IN: III Enecult. Encontro de estudos Multidisciplinares em cultura. Salvador – BA, **Anais...Enecult**, p.1-14, 2007. Disponível em http://cult.ufba.br/enecult2007/AlexVieiradosSantos_AmilcarBaiardi.pdf acesso em 05 mai. 2024.

SOUZA, Irene Sales de; MOTTA, Fernanda P. de Carvalho. Discutindo sobre a diversidade étnica e cultural nas práticas pedagógicas. In: FONSECA, Dagoberto José (Org.). **Cadernos de Formação – Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação**. São Paulo: Programa Pedagogia Cidadã, PROGRAD, UNESP, 2003.

TCACH, César. La Reforma de Córdoba: caleidoscopio de ideas y laboratorio de experiencias en América Latina y el Caribe. Em: GUARGA, Rafael (Coord.): **A cien años de la Reforma Universitaria de Córdoba. Hacia un nuevo manifiesto de la educación superior latinoamericana**. Caracas: UNESCO-IESALC y UNC, 2018.

VERA, María Nevía. Internacionalización de la educación superior: El desafío de la construcción de relaciones sanas. In: ARAYA, José María; OREGIONI, María Soledad (Eds.). **Internacionalización de la universidad em el marco de la integración regional**. Tandil: Grafikart, 2015. p. 172–182.